

Exma. Senhora
Deputada Ana Paula Vitorino
M.I. Presidente da Comissão Parlamentar de Cultura
e Comunicação
Palácio de São Bento

Palácio de São Bento, 28 de Junho de 2021

Assunto: Pedido de audição urgente do Dr. Bernardo Alabaça na Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação, para prestar esclarecimentos sobre a sua exoneração do cargo de Diretor-Geral do Património Cultural.

Senhora Presidente,

Foi noticiada a semana passada a exoneração imediata do Diretor-Geral do Património Cultural, Dr. Bernardo Alabaça. Segundo as notícias vindas a público, a Senhora Ministra da Cultura considerará que a Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) está *“inoperacional”* e que *“tendo avaliado o desempenho do diretor-geral do Património Cultural nos últimos meses, considera pertinente e necessária a sua imediata substituição”*.

Em reação à sua exoneração, o Dr. Bernardo Alabaça afirmou publicamente que *“é prerrogativa da tutela proceder a uma exoneração a qualquer momento, mas não acho aceitável a fundamentação, nem me revejo nela, em meu nome, nem em nome das 870 pessoas que tive a honra de dirigir”*, acrescentando que *“não é justa esta fundamentação, sobretudo para com as centenas de pessoas que todos os dias continuam a trabalhar na DGPC, ainda por cima nas circunstâncias adversas, e no clima extraordinário da pandemia”* e frisando que a DGPC *“tem demonstrado operacionalidade, os museus e monumentos continuam abertos, e manteve-se a salvaguarda do património”*.

Mas o ex-Diretor-Geral do Património Cultural não foi o único a reagir a esta notícia que, aparentemente, terá surpreendido diversas entidades.

A título de exemplo, o Presidente da Associação Portuguesa de Museologia (APOM), Dr. João Neto, afirmou publicamente considerar *“lastimável”* esta exoneração. *“Esta decisão revela um total descontrolo da tutela da cultura em termos estratégicos. É uma decisão totalmente política”*, acrescentando, ainda, que *“a Ministra da Cultura apresenta argumentos que já eram*

conhecidos desde o início. A falta de dinheiro foi sempre o problema, e a tutela tem conhecimento disso". Também a Dra. Maria de Jesus Monge, responsável pela comissão portuguesa do Conselho Internacional dos Museus (ICOM-Portugal), se mostrou surpreendida com esta decisão da Senhora Ministra da Cultura alegando publicamente que não foram dadas ao Dr. Bernardo Alabaça as condições para resolver "*os problemas complicadíssimos*" do setor.

Recorde-se que o Dr. Bernardo Alabaça estava em funções desde fevereiro de 2020. Portanto, entende o Grupo Parlamentar do CDS-PP ser fundamental perceber o que poderia, neste ano e quatro meses, ter sido feito e não foi, que metas e objetivos tinha definido para a DGPC que ficaram por cumprir e por que motivos, concretamente, não foram cumpridos.

Neste sentido e, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP vem requerer a V. Exa. que providencie uma **audição, com carácter de urgência**, do Dr. Bernardo Alabaça na Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação, para prestar esclarecimentos sobre a sua exoneração do cargo de Diretor-Geral do Património Cultural.

Com os melhores cumprimentos,

ANA RITA BESSA